

Misoginia Futebol Clube, por Nana Soares

Assassino condenado pela Justiça, Bruno Fernandes de Souza vai voltar a jogar futebol. O “goleiro (e assassino) Bruno” saiu da cadeia com um habeas corpus que dizia que “nada justificava” sua prisão, foi recebido por fãs, tirou selfies e recebeu propostas de 9 clubes diferentes. Fechou contrato de dois anos com o Boa Esporte Clube, equipe do sul de Minas que joga a segunda divisão do campeonato brasileiro. Eliza Samudio, sua ex-mulher e mãe de seu filho, segue morta e ainda não há paradeiro do seu corpo.

[\(Estadão.com, 16/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

A contratação de Bruno felizmente gerou revolta. O Boa perdeu [cinco](#) patrocinadores e o [site do clube foi hackeado](#) com dados sobre violência contra a mulher no Brasil. [A repercussão foi majoritariamente negativa](#) e obrigou o Boa a redigir uma nota oficial - muito mal escrita, diga-se de passagem - sobre o caso. O presidente do clube argumenta que não foi o Boa que soltou Bruno e que eles não fazem nada de errado ao contratá-lo. Pelo contrário, estariam ajudando no processo de ressocialização e na ‘segunda chance’ de Bruno, já que o trabalho é edificante. Também foi esse o discurso do Grupo Gois & Silva, outro patrocinador da equipe. No entanto, dada a rejeição, a empresa acabou rescindindo o contrato com o clube.

Leia também:

[Enquanto eu escrevia esse texto, uma mulher foi assassinada](#)

[Até que a morte nos separe](#)

[Nem uma a menos](#)

Não questiono que Bruno (ou qualquer pessoa) seja julgado com direito à defesa, isso é um princípio básico do Estado de Direito. Também acredito que todo ser humano privado de liberdade tem de ser ressocializado, merece uma segunda chance e não acho que existam casos perdidos. Também acredito em arrependimento. Mas não acho que nada disso é o caso de Bruno, uma pessoa a quem nunca foi negada a “volta por cima”, que não cumpriu sua

pena e que não demonstrou arrependimento.

Em 2014, já condenado e preso, Bruno foi capa da revista Placar com o apelo “Me deixem jogar”. Três anos depois, assim que saiu da cadeia (sem ter cumprido a pena!) já foi recolocado no mercado da bola e, vamos lembrar de novo, está TIRANDO SELFIE COM FÃS. Quando recomeçar a jogar, corre o risco de ser ovacionado pela torcida após suas defesas. É um desrespeito profundo com a vida das mulheres nesse país, mortas a cada 1 hora e meia por crimes de ódio fundamentados na desigualdade de gênero. Em cerca de 30% das vezes pelo parceiro ou ex-parceiro, como foi o caso de Eliza Samudio.

Esse é o contexto brasileiro, o que me obriga a perguntar: queremos mesmo divulgar o desejo de voltar ao futebol - e aos holofotes - de uma pessoa que esquartejou a mulher e ocultou seu cadáver? Enquanto isso, Eliza Samudio está morta e não pode compartilhar nenhum de seus sonhos ou desejos. Não pode ver o filho crescer, não pode rebater a fala de Bruno, não pode dizer que é um absurdo que não tenha lhe faltado emprego e solidariedade nem por um dia.

O desrespeito - e deboche - é tanto que Bruno argumentou que “nem a prisão perpétua” traria Eliza Samudio de volta. Ele disse isso para justificar sua saída da cadeia, demonstrando zero arrependimento e dando a entender que não adianta deixá-lo preso. Pelo contrário, punir um criminoso (um assassino, vale lembrar) é desnecessário.

Em muitos casos de violência doméstica é a vítima que tem que mudar de vida para poder escapar da violência. Elas mudam de emprego, de cidade, cortam laços afetivos para ficar longe do agressor. Procuram ajuda da polícia, vão para abrigos sigilosos e ficam fora da sociedade por meses na espera do Judiciário agir para que possam viver em paz. Em casos de feminicídio, isso fica ainda mais óbvio: elas perdem a vida enquanto eles continuam por aí, muitas vezes impunes. Como não ver a injustiça presente nesses casos? Como, sabendo disso, achar que está tudo bem em fomentar a carreira de Bruno? Como achar que é normal vê-lo parabenizado por boas atuações e sendo bem recebido pela torcida?

No caso do jogador, por mais que tudo esteja de acordo com o Judiciário, a justiça está muito longe de ser feita. Nenhum dos 9 clubes que o sondaram estão envolvidos com sua libertação, mas passam a ser diretamente responsáveis por uma cultura de violência contra a mulher quando, sem pestanejar, oferecem reabilitação a alguém que cometeu um feminicídio tão bárbaro. Será que esses clubes têm ações tão rápidas e eficazes no combate à violência contra a mulher?

Todo o caso de Bruno faz com que eu me sinta completamente desvalorizada como mulher. Sinto como se minha vida não tivesse valor, ou pelo menos um valor muito menor do que a vida dos homens. Só posso esperar que os torcedores do Boa não compactuem com a contratação do time e manifestem isso explicitamente, assim como órgãos e federações de futebol, mas acho que isso seria sonhar alto demais. O machismo continua vivo, Eliza Samudio continua morta.

Mulheres protestam no centro de Varginha contra a contratação de Bruno

‘Não é uma ‘Boa’ contratar por jogada de marketing’, dizia um dos cartazes

[*\(Estadão.com, 14/03/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Enquanto diversos torcedores tiravam selfies com o goleiro Bruno no Centro de Treinamento do Boa Esporte, o clima no centro de Varginha era de revolta e indignação. Um grupo de cerca de 30 mulheres da Frente Feminista Popular da cidade realizou um protesto nesta terça-feira contra a contratação do goleiro.

Com cartazes, as mulheres estavam vestidas de preto, camisetas, calças ou

vestidos, mas tinham tinta vermelha nas mãos, um simbolismo para manchas de sangue. O protesto foi feito em silêncio, sem gritos ou palavras de ordem, e durou cerca de quarenta minutos.

Participaram representantes de vários coletivos de frente feminista, integrantes de movimentos sociais e a população em geral. A convocação foi feita pelas redes sociais como um ato de repúdio. O movimento, no entanto, não contou com grande adesão. O horário do evento e a chuva dificultaram a mobilização.

As líderes do movimento não quiseram dar entrevistas depois que foram ameaçadas na internet por criticarem a contratação e os casos de violência contra a mulher. Durante o evento, todas usaram máscaras. Algumas líderes relataram ao Estado que na cidade de Varginha a “mulher não tem igualdade no mercado e o machismo está enraizado”. “Nós recusamos a ideia da vida de mulheres serem banalizadas novamente em nome de dinheiro”, diz outro trecho da convocação na internet.

Um dos cartazes apresentados no protesto dizia: “Não é uma ‘Boa’ contratar por jogada de marketing”. Para o movimento, no entanto, a chegada de Bruno quer apenas trazer maior visibilidade ao clube. Outro cartaz cobrava: “ressocializar sim, banalizar, não”. A ideia da ressociação do goleiro Bruno é o principal argumento da diretoria do Boa Esporte para contratar o goleiro Bruno.

O jogador foi condenado em primeira instância a 22 anos de prisão pelo sequestro, assassinato e ocultação de cadáver da ex-amante Eliza Samudio. Acabou libertado após cumprir seis anos de prisão pelo STF. Com isso, deverá recorrer da decisão em liberdade.

Após 2 anos da lei, feminicídio ainda esbarra no machismo, diz juíza

A falha do poder público na coleta de dados capazes de classificar determinados homicídios contra mulheres não mais como apenas “crimes passionais”, associado ao machismo, são os principais empecilhos para que a Lei do Feminicídio (13.104/2015), que completou dois anos esta semana, emplaque em todo o país. A análise é de uma juíza que lida com esse tipo de assunto rotineiramente no TJ-SP (Tribunal de Justiça de São Paulo) –a chefe da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica, Teresa Cristina Cabral.

[\(UOL, 11/03/2017 – acesse no site de origem\)](#)

De acordo com a magistrada, ainda são poucos os tribunais, pelo país, que classificam o assassinato de uma mulher pela própria condição de gênero dela como feminicídio, e não homicídio. O próprio TJ paulista só passou a aceitar a nova tipificação penal de novembro para cá –ou seja, há quatro meses, já que nem sempre os inquéritos policiais, as perícias ou as denúncias do Ministério Público consideravam esse tipo de crime.

Leia mais:

[Do luto à luta: pelo fim do transfeminicídio, por Berenice Bento \(Outras Palavras, 20/03/2017\)](#)

[Mais de 500 mulheres são vítimas de agressão física a cada hora no Brasil, aponta Datafolha \(G1, 08/03/2017\)](#)

Os próprios dados sobre assassinatos de mulheres –e não “feminicídios” –no país não são atuais: o levantamento mais recente, do Mapa da Violência, é de 2015, mas com informações de órgãos governamentais de 2013. Segundo o documento, porém, o Brasil é o quinto país onde há mais assassinatos de mulheres em todo o mundo –uma taxa de 4,8 homicídios de mulheres a cada 100 mil. Em 2010, o mesmo estudo, desenvolvido pela Flacso (Faculdade

Latino-Americana de Ciências Sociais) com apoio de entidades como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a OMS (Organização Mundial da Saúde), colocava o país em sétimo no ranking mundial desses crimes.

“Investigação precisa ter perspectiva de gênero”

No último dia 9, o TJ-SP lançou a campanha de mídia “Isso tem nome: Femicídio” para reforçar a necessidade de se classificar os homicídios que ocorrem contra mulher pelo fato de ela ser mulher. No mesmo dia, o tribunal assinou o termo de adesão às Diretrizes Nacionais do Femicídio, elaboradas pela ONU –que visa a contribuir para explicitar as razões de gênero, em cada caso, a partir da análise das circunstâncias do crime, das características do agressor e da vítima e do histórico de violência.

“O feminicídio tem um aspecto bastante diferenciado dos homicídios e de outros crimes. Para que se consiga a responsabilização do agressor, e, em última análise, da erradicação do fenômeno, precisamos ter um apego a regras técnicas que nos levem a conduzir o processo de forma mais efetiva e concreta”, disse a juíza. “E essas diretrizes dão uma série de dicas em relação às circunstâncias desse crime –desde a investigação dele, precisa ter a especificidade de ter uma perspectiva de gênero.”

Para a magistrada, não apenas no judiciário, mas todo o sistema de justiça –também delegacias de polícia, defensoria e advocacia, destacou –precisa considerar a nova realidade de análise. Mesmo assim, ela reconhece que, em um país onde a tradição patriarcal ainda é forte, a nova tipificação esbarra também em elementos culturais e educacionais para ser considerada.

Entre as críticas correntes entre vozes contrárias a se classificar homicídio contra mulheres como feminicídio, por exemplo, está a de que [não há classificação equivalente para os homens](#).

“É preciso formar profissionais com a perspectiva de gênero para eles entenderem o feminicídio, darem a tipificação penal dele e compreenderem o que é o assassinato de mulheres porque são mulheres”, explicou, para completar: “Quem afirma que não há uma nomenclatura específica para os assassinatos de homens desconhece a realidade de mortes violentas de

mulheres, que têm um diferencial: as mulheres que morrem porque são mulheres padecem de uma coisificação, uma objetificação e um pertencimento que criam uma vulnerabilidade que exige essa diferenciação”, atestou.

Brasil é machista “e não tem tradição de coleta de dados”

A magistrada admite que há falha na coleta de dados das vítimas e que, por essa razão, os que existem “nem sempre correspondem à realidade”. “Em termos de Brasil, não temos tradição de coleta de dados, e essa é uma falha que se está tentando mudar há algum tempo. Como é uma lei relativamente recente, e como não havia um campo específico a ele na movimentação judiciária dos processos, no sistema do TJ, isso também afetou -e mesmo assim os boletins de ocorrência, os inquéritos e as denúncias em razão de morte violenta, na maior parte das vezes, chega só como homicídio. É preciso mudar toda essa consciência e fazer com que os casos cheguem como feminicídio.”

Dados do mundo sobre violência contra a mulher falam por si, argumenta juíza

Na avaliação da juíza, porém, aspectos culturais também são obstáculos para que a lei tenha uma maior efetividade.

“O machismo também prejudica a análise e a investigação do feminicídio, à medida que menospreza o fenômeno e o hostiliza com perguntas como: ‘Mas por que feminicídio?’. Tem quem ache que machismo não existe -e sim, ele acontece em qualquer esfera da sociedade, até no judiciário”, disse.

Se ela própria já passou por alguma situação de machismo ao falar sobre o feminicídio? “Sim, há sempre essa dificuldade. O que costumo fazer, quando isso acontece, é seguir atuando e mostrando o que precisa ser feito -mas estudando, acima de tudo, porque o conhecimento técnico é o que ajuda a rebater as afirmações. Os dados no mundo é que dizem que a violência contra a mulher é muito grande, não apenas eu que digo”, salientou. “Com certeza me considero uma feminista -e, ao contrário do que possam dizer, toda pessoa que defende a igualdade de direitos entre homens e mulheres é

feminista”, reforçou.

Por Janaina Garcia/ UOL/SP

Acesse no site de origem: [Após 2 anos da lei, feminicídio ainda esbarra no machismo, diz juíza \(UOL, 11/03/2017\)](#)

Mulheres explicam por que a contratação do goleiro Bruno gera tanta revolta

Bruno foi condenado, em primeira instância, a 22 anos e três meses de prisão por homicídio triplamente qualificado e ocultação de cadáver de Eliza Samudio, sua ex-amante e mãe de seu filho. A soltura do goleiro e sua contratação pelo Boa Esporte, na última sexta, revoltaram milhares de mulheres que viram na história um exemplo de descaso. Depois do feminicídio que chocou o país há sete anos, o suposto autor do crime pode ter a chance de jogar a Série B do Brasileirão.

[\(UOL, 11/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Embora tenha sido condenado em primeira instância por júri popular, Bruno ainda tem direito a apelações. Seu recurso à decisão está parado no TJ-MG (Tribunal de Justiça) há mais de três anos, e enquanto isso ele estava preso de forma preventiva. Há duas semanas, o STF (Supremo Tribunal Federal) concedeu habeas corpus ao jogador por entender que não havia “justa causa” para a manutenção do cárcere e que ele poderia aguardar o julgamento da apelação em liberdade.

Leia também:

[Caso Bruno, um retrato incômodo do sistema penal brasileiro](#)

[Empresa interrompe patrocínio ao Boa Esporte após contratação de Bruno](#)

A soltura do goleiro iniciou um processo intenso dele e de seu estafe, que se apressaram para colocá-lo de volta aos gramados. A negociação com o Boa Esporte, encerrada na última sexta, foi só o último capítulo de uma história que irritou bastante quem se chocou com o crime que vitimou Eliza Samudio.

Diante deste cenário, o *UOL Esporte* conversou com mulheres que explicaram por que a contratação de Bruno gera tanto incômodo.

Justiça permite que Bruno jogue em vez de cumprir pena

Nenhuma das ouvidas pela reportagem questiona a legalidade da libertação ou o desejo de Bruno retomar a carreira. “Segundo a lei, ele tinha direito a soltura. A gente pode questionar a lei, mas ele tinha esse direito”, disse Djamila Ribeiro, filósofa política e ativista do movimento feminista negro. “As mulheres realmente estão indignadas e o público em geral também. É como se ele tivesse saído impune. Temos de balancear os dois lados. Apesar de não ser a regra no nosso direito, a prisão deve ser a última medida. O problema é a Justiça, que não consegue atender a demanda”, disse Lívia Magalhães, advogada criminalista e colunista da revista AzMina.

A questão é que o cenário poderia ser diferente se a Justiça tivesse sido mais rápida. O TJ-MG está há mais de três anos sem decidir sobre o recurso impetrado pela defesa de Bruno, e foi essa demora que permitiu ao STF liberá-lo da prisão. “É inadmissível (para ele e para qualquer outra pessoa condenada em 1ª Instância) que se aguarde preso por seis anos o julgamento de uma apelação que pode, ao menos por hipótese, reverter o resultado de uma primeira condenação, ou mesmo anular o julgamento”, escreveu Maíra Zapater, especialista em direito processual penal, no blog Justificando, da Carta Capital.

Nem todos podem ter a mesma Justiça

Se há um consenso de que a situação de Bruno é legal, há uma lembrança constante de que outras pessoas em situação parecida com a dele não tiveram o mesmo privilégio. “Ele é uma pessoa que tem recursos, que pode contratar advogados bons, que vão no gabinete do desembargador ou do juiz

e vão ter uma atenção especial ao processo. Não é qualquer preso que consegue interpor um habeas corpus no Supremo. Uma pessoa defendida por um defensor público, por exemplo, por mais que ele seja capacitado não consegue atender a demanda”, disse Livia Magalhães.

“A carreira do zagueiro Darzone [ex-Santo Ângelo] acabou depois do soco dado em Régis, então jogador do Caxias. A cena foi triste, porque a agressão ocorreu sem envolver jogada com a bola, e Régis teve traumatismo craniano e ficou quase 20 dias em coma. Isso aconteceu em 1999 e Darzone, até hoje, não conseguiu se recolocar direito no futebol, embora ainda atue por clubes pequenos. O lance foi injusto e cruel, mas por que motivo ele seria menos grave que a morte de Eliza Samúdio?”, relembra Renata Mendonça, jornalista e fundadora do coletivo Dibradoras.

O que o Boa Esporte vê em Bruno?

Bruno volta ao time do segundo escalão nacional após sete anos de inatividade. A rapidez com que ele conseguiu a recolocação em alto nível desperta suspeitas de que o Boa Esporte e os demais clubes que demonstraram interesse no jogador tenham interesses não-esportivos no negócio.

“A gente se questiona se o real motivo da contratação dele é a competência - que ele não demonstra há pelo menos sete anos, ou o potencial de marketing e de exposição midiática que ele pode trazer. Quando falam em ressocialização, a gente não vê a mesma boa vontade de clubes de futebol em contratarem porteiros, roupeiros ou pessoas de outra função que são ex-presidiários”, disse Renata Mendonça.

“O problema todo, pra mim, é as pessoas enaltecerem tanto uma possível ressocialização e não se colocarem no papel de milhares de mulheres vítimas de violência. Esses times querem surfar na onda de um marketing vazio e não na ressocialização”, avalia Djamila Ribeiro.

Público recebe Bruno de braços abertos

Dias depois de ter sido solto, Bruno foi ao Fórum de Santa Luzia e foi alvo de selfies e pedidos de autógrafos do público. Na internet, comentaristas de

portais e redes sociais se manifestaram a favor do goleiro.

“O que parece ficar claro no caso de Bruno é que, sendo ele culpado ou inocente [...], o crime pelo que foi condenado não causa repulsa social na parcela da população que o aplaude, tira selfies e quer vê-lo em campo. Mais do que os fatos, [...] o que me incomoda não é a decisão do Judiciário pela sua liberação, [...] mas sim a leniência dessa parte do público que, de um lado, tão rapidamente se volta para linchar quem pratica um furto ou picha um muro, e de outro faz questão de tirar selfies com alguém que é retratado pelo sistema de justiça criminal e pela mídia como alguém condenado pelo assassinato de sua ex-mulher”, escreveu Maíra Zapater.

“O que me incomoda é a misoginia. A forma pela qual a vida das mulheres é banalizada, como o Bruno já foi, entre aspas, perdoado, enquanto mulheres que a cada 5 min sofrem violência doméstica, a cada 11 min sejam estupradas sem que isso seja levado em consideração. Me incomoda mais essa absolvição da sociedade que a Justiça”, disse Djamila Ribeiro.

Bruno: “Prisão perpétua não vai trazer a vítima de volta”

A frase acima foi dita por Bruno à Rede Globo, na única entrevista que ele concedeu desde a soltura. Em outra oportunidade, o advogado de Bruno declarou que vai solicitar o exame de DNA do filho de Eliza Samudio, cuja paternidade foi atribuída a Bruno pela Justiça do Rio de Janeiro em 2012.

“A postura dele reforça a do homem agressor, ao se colocar como vítima em um caso pelo qual foi condenado e que sequer pode ser esclarecido porque até hoje o corpo de Eliza Samúdio não foi encontrado. Bruno nunca assumiu o crime - e, pelo histórico de descrédito que se dá às mulheres, muitos ainda condenam Elisa enquanto absolvem Bruno”, disse Renata Mendonça.

Por Gustavo Franceschini/UOL

Feministas protestam contra a volta de Bruno aos holofotes do esporte

Segundo o advogado do jogador de futebol ele vai assinar contrato com um novo clube até sexta-feira (10)

[*\(Brasil de Fato, 10/03/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

O advogado Lúcio Adolfo, que trabalha na defesa do ex-goleiro do Flamengo, garantiu que o jogador Bruno vai assinar contrato de trabalho com um clube de futebol e que isso não deve passar dessa sexta-feira. A declaração foi feita à imprensa na quinta-feira (9). Segundo a defesa, Bruno teria recebido propostas de nove equipes de futebol, sendo de Minas Gerais, Brasília, São Paulo e Rio. O nome do clube não foi revelado pelo advogado.

Leia também:

[*Caso Bruno, um retrato incômodo do sistema penal brasileiro*](#)

[*Mulheres explicam por que a contratação do goleiro Bruno gera tanta revolta*](#)

No entanto, o movimento de defesa do direito das mulheres protestaram contra a volta do goleiro aos gramados. “O Bruno cometeu um ato extremamente grave contra a vida de uma mulher. E tão logo saiu da prisão vai voltar a ser ídolo de um esporte que já é machista. Isso passa o recado que basta ter dinheiro e fama para poder fazer o que quiser, inclusive matar uma mulher”, critica a integrante da Rede de Desenvolvimento Humano, Liliane Brum. Ela participou de um protesto onde dezenas de mulheres queimaram a capa da revista *Placar*, com a foto do goleiro Bruno, publicada em 2014. Essa manifestação aconteceu dentro no ato pelo Dia Internacional das Mulheres, que reuniu mais de 20 mil pessoas no dia 8 de março no centro do Rio de Janeiro.

Para o movimento feminista, o mais grave é que um clube de futebol possa colocar o goleiro novamente nos holofotes do esporte, sem reconhecer que cometeu um ato de violência. “É claro que as pessoas têm direito a

reconstruir a vida, mas Bruno não demonstra nenhum arrependimento. O que ele cometeu foi crime de feminicídio, um ato de misoginia (de ódio às mulheres) e deve desculpas à sociedade e às mulheres. Bruno precisa dizer aos homens do mundo do futebol que isso não se faz”, afirma Eleutéria Amora, coordenadora da Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra).

Liliane Brum destaca ainda que a rápida retomada de Bruno ao esporte, lugar onde o respeito e admiração pelos ídolos é quase que natural, justamente no mês de março, é considerado uma afronta às mulheres. “Justamente no mês em comemoramos o Dia Internacional da Mulher, quando denunciemos as violências que sofremos no cotidiano, e também nesse momento de ataque do conservadorismo aos nossos direitos, ocorre a volta de Bruno ao esporte. Isso é uma afronta. Estamos falando de um país onde 13 mulheres morrem por dia, vítimas do feminicídio”, destaca a integrante da Rede de Desenvolvimento Humano.

Bruno foi condenado pela morte de Eliza Samudio e deixou prisão no último dia 24 de fevereiro, após conseguir uma liminar no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele recorreu da decisão judicial que o condenou em primeira instância e lhe foi concedido o direito de esperar em liberdade pela decisão em segunda instância. Ele esteve preso por seis anos e já tem três anos que o processo está tramitando na segunda instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Por Fania Rodrigues, Brasil de Fato/RJ

Caso Bruno, um retrato incômodo do sistema penal

brasileiro

Soltura do goleiro joga luz sobre lentidão dos processos e o excesso de presos provisórios

[\(El País Brasil, 10/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

O goleiro Bruno Fernandes de Souza deixou a cadeia no fim de fevereiro após cumprir quase sete anos de prisão. Condenado a 22 anos e 3 meses como o mandante do assassinato da modelo Eliza Samudio, ele fechou contrato com um novo clube, o Boa Esporte, do Minas Gerais, nesta sexta-feira, embora sua situação legal seja provisória. O caso vem despertando não só a revolta de diversos grupos feministas, que veem a banalização de um crime bárbaro praticado contra uma mulher, como expõe as fragilidades do sistema penal no Brasil.

Leia também: [Mulheres explicam por que a contratação do goleiro Bruno gera tanta revolta](#)

Bruno foi condenado em primeira instância no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2013. Recorreu e seguia preso obedecendo a uma ordem de prisão preventiva. A demora do Tribunal de Justiça de Minas Gerais em analisar seu recurso já durava quase quatro anos quando, no fim de fevereiro, Bruno recebeu um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O ministro Marco Aurélio Mello avaliou que a falta de decisão sobre seu recurso não poderia justificar que ele permanecesse preso, já que o ex-goleiro ainda não foi julgado em segunda instância. A repercussão pela libertação foi tamanha que, na última terça-feira, o TJ de Minas Gerais lançou nota pública para justificar a dilatação dos prazos, culpando a estratégia de defesa dos cinco réus do caso de tornar a tramitação mais lenta com excesso de recursos.

A lentidão da Justiça não é exclusividade do caso Bruno, mas suas consequências se tornam mais visíveis porque se trata de um crime de grande repercussão. Como explica o professor de direito processual penal da PUC-RS, Aury Lopes Júnior, as causas da morosidade residem, em linhas gerais, na sobrecarga do Judiciário e na falta de regras claras (ou na

existência de regras frouxas) para determinar prisões temporárias e prisões preventivas. “É um absurdo que o Brasil ainda não tenha estabelecido um prazo máximo para a duração da prisão preventiva. Isso abre espaço para a [violação do direito de ser julgado em um período razoável](#). Por causa da burocracia cartorária e do abarrotamento de varas criminais e tribunais, que claramente não dão conta da demanda, os processos passam tempo demais na prateleira, coisa de seis, sete anos. Tem muita gente presa de forma preventiva há bem mais tempo que o Bruno esteve”, diz Lopes Júnior.

Embora nunca tenha admitido ser o mandante do assassinato de Eliza Samudio, Bruno já afirmou várias vezes, inclusive diante do júri, que foi “omisso” em relação a um suposto conflito entre Eliza e o amigo Macarrão, condenado pela execução do crime, que segue preso. Pouco depois da condenação, em 2014, o goleiro tentou articular sua volta aos gramados. Naquela ano, fechou contrato com o mineiro Montes Claros Futebol Clube, mas o TJ de Minas não autorizou sua saída da prisão para treinos e jogos, alegando que o privilégio do trabalho externo não estava previsto legalmente para condenados em regime fechado.

Agora, em liberdade provisória, Bruno prepara retorno à atividade, não sem novos imbróglis legais. Mesmo com contrato firmado até 2019 com o Montes Claros, que lhe cobra indenização rescisória, Bruno acaba de assinar um compromisso com outro clube de Minas Gerais, o Boa Esporte. O problema é que ele pode voltar para a prisão antes mesmo do reestrear no futebol, caso seu recurso, ainda pendente, seja julgado improcedente. O advogado Lúcio Adolfo, responsável pela defesa de Bruno, disse ao EL PAÍS não acreditar nessa hipótese. “Com o Bruno preso demoraram quatro anos para julgar o recurso. Não é possível que, agora, que ele está solto, vão querer acelerar as coisas, né?”

Para André Machado Maya, doutor em ciências criminais e professor de direito penal, a prisão de um réu condenado em primeira instância por quatro anos, tendo recorrido da sentença, configura uma “situação excepcional”, que extrapola até mesmo os prazos mais prolongados da detenção provisória. “Não vejo o habeas corpus do Bruno como um privilégio. Apesar dos entraves burocráticos que atrasam a apreciação dos recursos, os processos no Brasil

costumam andar mais rápido que isso. Em qualquer circunstância, independentemente do crime cometido pelo réu, quatro anos de prisão preventiva é um prazo excessivo”, afirma Maya, que também atua como secretário do Instituto Brasileiro de Direito Processual Penal (Ibraspp).

Em fevereiro, o professor participou de uma audiência pública na comissão especial instalada pela Câmara dos Deputados que analisa mudanças no Código de Processo Penal. O principal tema da audiência foi o abuso na aplicação da prisão preventiva _um debate que envolve até os detidos pela Operação Lava Jato_ e temporária. Um levantamento do Departamento Penitenciário Nacional aponta que 45% da população carcerária é composta por presos provisórios, o que corresponde a quase 300.000 detentos. O déficit de defensores públicos — menos de 30% das comarcas no Brasil são atendidas pela Defensoria Pública, de acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos — agrava a condição dos presos que não têm recursos para contratar advogados.

No pronunciamento sobre o caso Bruno, o TJ de Minas argumentou que “presos pela Justiça, de igual modo ao ex-goleiro cumprindo pena de condenação superior a 20 anos, aguardando julgamentos de recursos de apelação, existem milhares no Brasil”. “Nosso modelo de execução penal é arcaico, ineficiente e conservador”, diz Maya. “É preciso adotar uma postura mais criteriosa em relação à prisão preventiva, que hoje representa um sério problema para o sistema prisional, sobretudo se levarmos em conta que o número de presos provisórios equivale ao déficit de vagas nas penitenciárias brasileiras.”

O junção entre a morosidade da Justiça, o encarceramento em massa e a banalização da prisão preventiva aumenta tanto as chances de acúmulo de penas desproporcionais e arbitrariedades como a libertação de possíveis culpados ou a manutenção de inocentes presos em regime fechado, que, em muitos casos, sequer foram submetidos a julgamento em primeira instância. “A quantidade de processos tem crescido progressivamente, enquanto a estrutura do Poder Judiciário se mantém inalterada ou, em alguns lugares, até regrediu”, explica o professor Maya.

Por Breiller Pires/El País Brasil

TJSP adere às Diretrizes Nacionais do Femicídio da ONU - São Paulo, 09/03/2017

A Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp) informa:

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, assinam protocolo inédito de adesão às Diretrizes Nacionais do Femicídio elaboradas pela ONU.

Na ocasião será lançada a campanha **Femicídio #Issotemnome**

Data: 9/3, às 14h

Local: Sala da Presidência - Palácio da Justiça
Rua Onze de Agosto, s/n, 5º andar
Praça da Sé - São Paulo/SP



Quase metade dos assassinatos

de mulheres no Rio é feminicídio

As conquistas são constantes. Mas, neste Dia Internacional da Mulher, a face mais cruel de uma sociedade historicamente machista ainda se revela entranhada no cotidiano. Um levantamento da Polícia Civil do Rio obtido com exclusividade pelo GLOBO mostra que, dos 132 assassinatos de mulheres investigados pelas delegacias de Homicídios (DHs) da Capital e de Niterói e São Gonçalo num período de um ano, 63 deles (ou 48%) foram considerados feminicídios, quando a vítima é morta devido à sua condição de sexo feminino.

[\(O Globo, 08/03/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Ódio, menosprezo, ciúmes ou sentimento de posse permeiam as barbáries cometidas contra as mulheres. E quase sempre, diz a delegada Marcela Ortiz, da DH do Rio, que conduziu o estudo, são “crimes de covardes”, em que os agressores se sentem legitimados e creem ter justificativas para matar.

— Em geral, os agressores culpam as vítimas para assassiná-las. Dizem que elas provocaram, que tiveram posturas que eles julgam erradas... Isso é reflexo do machismo, que é uma questão cultural contra a qual todos precisamos lutar — diz Marcela.

HISTÓRIAS DE BRUTALIDADE

Os casos analisados pela delegada se referem a março de 2015 a março de 2016, quando completou um ano da entrada em vigor da Lei 13.104 — que alterou o Código Penal para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, incluindo o crime no rol dos hediondos, com pena de 12 a 30 anos de prisão. Ao se debruçar sobre esses assassinatos, Marcela ressalta que, primeiro, era preciso separar as mortes causadas por confrontos de facções criminosas ou conflitos com a polícia, por exemplo, daquelas que realmente caracterizassem o feminicídio, decorrente da violência doméstica e familiar e/ou desprezo ou discriminação à condição de mulher.

Examinando os inquéritos, dos 108 investigados na capital, a polícia

identificou elementos suficientes para qualificar 47 deles (44%) como feminicídios. Em Niterói e São Gonçalo, foram 26 homicídios de mulheres, 16 (67%) motivados pela condição de sexo feminino da vítima. Já a DH da Baixada não informou quantos foram os assassinatos de mulheres no período, mas caracterizou 51 mortes como feminicídios. Assim, apenas nessas três áreas da Região Metropolitana, sem contabilizar os casos do interior, foram constatados 114 feminicídios, uma média de um a cada três dias.

São histórias de brutalidade que como a que aconteceu no fim de 2016 em Copacabana. Para comemorar o aniversário do marido, uma jovem deixou um recado no espelho do guarda-roupas do casal com a frase “Obrigado por fazer parte da minha vida. Te amo!”. Dias depois, ele usou um martelo para matá-la e cortar a boca da mulher, deixando seu rosto como o do personagem Coringa.

— Observando os casos, conseguimos traçar um perfil dos assassinos. É muito comum eles desconfigurarem a face das vítimas, por conta dos ciúmes, como se pensassem que ninguém mais poderá ver a beleza delas — comenta Marcela.

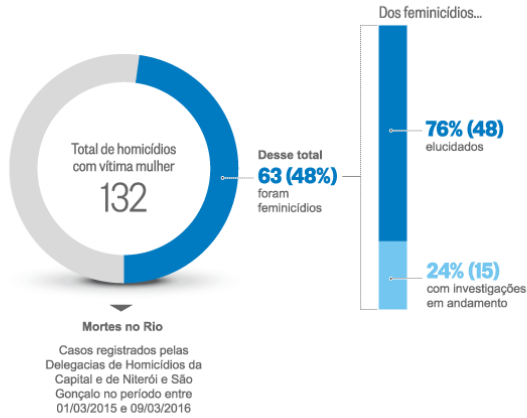
Com requintes de atrocidade, há outros traços que costumam se repetir nos feminicídios. Frequentemente os crimes acontecem dentro da residência das mulheres — sem que haja sinais de arrombamento —, próximo à casa delas ou em lugares que fazem parte da rotina das vítimas. Asfixia, sufocamento e facadas são comuns. Assim como um histórico de violência anterior, muitas vezes relatado pela família ou pessoas próximas às mulheres mortas.

Números que chocam

Delegada diz que maior parte dos crimes é reflexo do machismo que ainda permeia a sociedade

5ª posição do Brasil no ranking mundial em feminicídio*

*Segundo dados da ONU



POR REGIÃO

CAPITAL
108 homicídios com vítima mulher

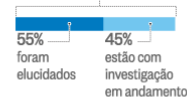


NITERÓI E SÃO GONÇALO
24 homicídios com vítima mulher

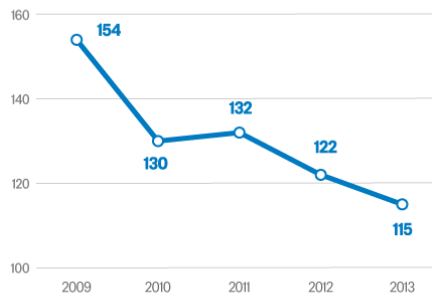


BAIXADA*
* Números apurados pela Delegacia de Homicídios da Baixada

Total de homicídios com vítima mulher: **em levantamento** 51 feminicídios



HOMICÍDIOS DE MULHERES ANTES DA LEI DO FEMINICÍDIO*



*Dados do Mapa da Violência - Homicídios de Mulheres do Brasil em 2015

O QUE DIZ A LEI?

São considerados FEMINICÍDIOS os assassinatos contra a mulher que envolvem:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

TODOS OS DIAS

118 ações penais de violência contra mulheres são distribuídas pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

90 ameaças contra mulheres chegam à Justiça no estado do Rio

55 medidas protetivas de urgência são deferidas, em média, por dia, para mulheres

Os assassinos, por sua vez, muitas vezes simulam latrocínios ou suicídios. Mas, pelo menos no Rio, fechado o cerco contra os criminosos, a maioria acaba confessando o crime. Num caso do início deste ano, marido e mulher voltavam para Paciência, na Zona Oeste, depois de deixarem o filho na Rodoviária Novo Rio. Num primeiro depoimento, ele contou que o casal tinha sido encurralado por três bandidos e que a mulher foi morta quando ele estava desacordado, após ter apanhado dos supostos assaltantes. A polícia desconfiou de incoerências no relato. Ele, então, admitiu que a matou, alegando ter ouvido conversas dela com uma amiga sobre outro homem. Em depoimento, foi além: disse que depois de agredi-la, imaginou seria preso, enquadrado na Lei Maria da Penha. Supôs que ela ficaria com sua casa, enquanto ele, preso, passaria como “otário”. Já que iria mesmo parar no presídio, afirmou, resolveu matá-la.

Assim como nesse crime, dos 47 feminicídios da capital no período analisado, 83% (39 deles) foram elucidados. O percentual é alto também na Baixada (55% solucionados) e em Niterói e São Gonçalo (56%). Nas três regiões, outro aspecto em comum é que a maioria só é resolvida pela investigação policial, enquanto uma menor parte envolve flagrantes. Nesse processo, afirma Rivaldo Barbosa, diretor da Divisão de Homicídios, as famílias das vítimas também precisam ser acolhidas.

— O trabalho de investigação passa por várias fases. Uma delas é o humanitário, com um policial psicólogo que atende a família.

Quando não chegam ao homicídio, os números também são alarmantes. Diariamente, o Tribunal de Justiça distribui 118 ações penais de violência contra mulheres, são deferidas 55 medidas protetivas de urgência, e a Justiça recebe 90 denúncias de ameaças em todo o estado. São 130 mil processos de violência contra mulheres estão em andamento no estado e quase três prisões por dia decorrente da violência contra a mulher.

Além disso, com dez anos de vigência da Lei Maria da Penha, dados do Ligue 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, indicam que a violência contra as mulheres continua disseminada em todo país. O balanço do primeiro semestre de 2016, no comparativo com o mesmo período de 2015, mostra um crescimento de 133% no volume de relatos de violência

doméstica e familiar, com aproximadamente 58 mil registros nos seis primeiros meses deste ano. O Distrito Federal ocupa o primeiro lugar com a maior taxa de registro de denúncias feitas ao Ligue 180 no 1º semestre de 2016, enquanto o Rio aparece em 6º lugar, com uma taxa de 64,2 por 100 mil mulheres. E, em números absolutos, o maior volume de ligações foram feitas da cidade do Rio de Janeiro (5.482), seguida de São Paulo (4.537) e Brasília (2.317).

Para Marisa Chaves, coordenadora do Centro de Referência Para Mulher Suely Souza de Almeida, da UFRJ, ressalta que, apesar disso, muitos casos poderiam ser evitados se a rede funcionasse de forma mais eficaz. Ela conta que vários municípios têm fechado seus centros de referência, como em São Gonçalo, Cabo Frio e Queimados. Assim como o estado fechou dois de seus quatro centros, enquanto o da Baixada funciona de forma precária, em salas cedidas pela prefeitura de Nova Iguaçu.

— Como garantir direitos com o fechamento dos serviços de atendimento à mulher? — questiona Marisa: — Muitos classificam como crime passional. Não é. Os crimes normalmente são programados, não acontecem em momento de fúria. O agressor vê a mulher como propriedade dele. Quando a perde, acha que pode matá-la — completa.

Casos como de Rosângela Maria Sá, hoje com 49 anos. Depois de 21 anos junto com o primeiro homem de sua vida, o casamento se desfez. Com a família dela toda em casa, em São Gonçalo, o ex-marido dela jogou gasolina sobre ela e ateou fogo. Sobreviveu, segundo ela mesma, por um milagre. Foi em abril de 2009. Mas até hoje carrega as marcas de 75% do corpo queimado.

— Quando aconteceu aquela explosão, em frações de segundos pensei na minha mãe, nas minhas filhas, no meu sobrinho que estava dormindo na minha cama... Corri para a rua, comecei a rolar no chão, cheio de lixo, porque já tinha visto aquilo num filme, quando uma das minhas filhas me ajudou a apagar o fogo — conta Rosângela.

Hoje, o marido dela está preso. Rosângela reconstrói a vida fazendo o que gosta: virou uma militante no combate à violência contra a mulher, declama

poesias, aprende a tocar flauta... E acolheu em sua casa o neto de 16 anos de seu ex-marido, fruto de um relacionamento dele anterior ao casamento.

— O meu desafio hoje é dar a oportunidade de ele ter uma vida diferente do avô e do pai, que também já foi preso. E educá-lo para ele ter a dignidade de não repetir o que eles fizeram. Quanto a mim, não tenho vergonha das marcas que tenho. Vergonha é de quem fez isso. O importante é viver. E viver bem — conclui Rosângela.

Rafael Galdo

ONG lança petição para impedir clubes de contratarem goleiro Bruno

Apoiado pela mãe de Eliza Samudio, texto obteve 20 mil assinaturas em quatro dias; criadora diz que a 'justiça não pode ser chutada como se fosse uma bola'

[*\(O Estado de S. Paulo , 06/03/2017 - acesse no site de origem\)*](#)

Em quatro dias, mais de 20 mil pessoas apoiaram um abaixo-assinado para que o goleiro Bruno não volte a jogar futebol profissionalmente. O texto foi lançado por Vanuzia Leite Lopes, também conhecida como Vana Lopes, fundadora da ONG Somos Todos Vítimas Unidas, e tem apoio de Sonia Fatima Moura, mãe de Eliza Samudio. A atriz Letícia Sabatella também já assinou a petição. Segundo Elizandra Moura, irmã do padrasto de Eliza, Sonia está "sem chão" e "muito abalada" com a situação, que era inesperada, além de estar temerosa com o que pode ocorrer com o neto.



O abaixo-assinado defende que o ex-jogador seja impedido de atuar no esporte e de requerer a guarda do filho que teve com a modelo Eliza Samudio, que também se chama Bruno, de sete anos. “Jogadores são vistos como ídolos, e esse tipo de exemplo não pode ser aceito para nossos filhos. Não aceitamos esse símbolo da morte visitando nossas casas nos domingos. Agora basta ser goleiro para cometer um crime e depois ser aplaudido?”, disse Vana ao **Estado**.

Segundo Vana, a petição não é contrária à reintegração social de Bruno desde que ele demonstre arrependimento pelo crime e que cumpra a pena de 22 anos de prisão. “A vida de uma filha não vale só seis, sete anos. Não achamos que ele deva ter uma segunda chance no futebol agora. Vários goleiros estão precisando de uma primeira chance. Esperamos que antes ele tenha pelo menos um pingo de dignidade de dizer o que aconteceu com o corpo da Eliza, ele precisa dar isso para a família dela”, defende.

A Ong Somos Todos Vítimas Unidas foi fundada há cerca de quatro anos como resultado das mobilizações de Vana, que havia criado uma rede para reunir informações sobre o médico Roger Abdelmassih, do qual foi uma das vítimas e que esteve foragido entre 2011 e 2014 após ter recebido um habeas corpus. Ela não acredita que Bruno possa fugir do país, mas diz que a decisão do ministro Marco Aurélio Melo é “imoral”.

Na primeira postagem da fundadora da ONG sobre a petição, Sonia, a mãe de Eliza, agradeceu o apoio e comentou sobre a situação. “Isso tudo é para se vingar de mim, pois a minha advogada ajudou na condenação dele, e para ele não pagar a pensão; sabe que vou sofrer com isso”, escreveu. Segundo Vana, a renda da mãe de Eliza provém da venda de salgadinhos que ela mesmo prepara.

Em um vídeo compartilhado em suas redes sociais, Vana chegou a se referir diretamente à atual esposa de Bruno, Ingrid Calheiros, para que ela interceda em favor da família de Eliza. O abaixo-assinado foi publicado no site Change.org com o título “Somos contra a MORTE jogar Futebol e ter a guarda do filho de Eliza Samudio”.

De acordo com Vana, a petição será encaminhada pelos advogados da ONG assim que bater a meta de 25 mil assinaturas. O texto será enviado à FIFA, à CBF, ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Ministério Público de Minas Gerais e ao Supremo Tribunal Federal. “As vítima pararam de se curvar para beijar anéis. Juntos, vamos lutar por justiça. A justiça não pode ser chutada como se fosse uma bola ao gol”, defende.

Histórico. Bruno Fernandes deixou a prisão no dia 24 de fevereiro após obter um habeas corpus no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2011, ele foi condenado a 22 anos e 3 meses de prisão pelo sequestro, o assassinato e a ocultação do cadáver de Eliza Samudio. A soltura foi liberada após decisão do ministro Marco Aurélio Mello, que levou em consideração o fato de o jogador estar preso há seis anos e sete meses sem que sua condenação tenha sido referendada em segunda instância. A mãe de Eliza, Sonia, já entrou com recurso contra a decisão.

Atualmente, o jogador está na casa da esposa, Ingrid Calheiros, no Rio de Janeiro. Um de seus advogados, Luan Veloso Coutinho, chegou a declarar que nove times de futebol apresentaram interesse em contratar o atleta. Contudo, ao menos dois clubes, o Bangu (RJ) e a Chapecoense (SC), já negaram a versão em suas redes sociais.

“O Bangu desconhece proposta enviada ao goleiro Bruno, conforme divulgado na imprensa”, publicou a equipe em sua conta oficial no Twitter na sexta-feira, 3. Da mesma forma, a Chapecoense também se manifestou pela rede social: “Os boatos sobre a Chape e o goleiro Bruno são falsos. A Chape está muito bem representada com os paredões do elenco!”, escreveu no sábado, 4.

O advogado Adolfo Lúcio da Silva reafirmou ao **Estado** que vários clubes estão interessados em contratar o goleiro, entre eles o Bangu.

“Ainda ontem (*domingo*) uma representante do Bangu falou comigo sobre o interesse em Bruno”, disse, por telefone, na noite desta segunda-feira (6). “Se alguém falou o contrário, tem alguma coisa errada”, ponderou, ao ser informado que, ao jornal, o Bangu negou interesse no goleiro. “Mas temos várias ofertas e vamos decidir provavelmente até o final desta semana. Cabe ao Bruno e à família dele escolher”.

Feminicídio: é preciso entender que a mulher não é culpada

A saída do goleiro Bruno da prisão é um instrumento significativo para discussão sobre o feminicídio. E tratando não apenas dele, assassino confesso, mas também da relação enigmática entre as mulheres e os homens que cometem crimes contra elas.

[\(O Estado de São Paulo, 01/03/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

No caso específico de Bruno, três mulheres podem ser citadas: Eliza Samudio - a vítima,

Dayanne Rodrigues, a esposa do goleiro na época do crime, e Ingrid Calheiros, a atual esposa.



Goleiro Bruno Fernandes. Foto: Marcelo Albert/TJMG

Eliza e Bruno mantinham uma relação conflituosa, que se agravou depois que ela engravidou.

Ele não aceitava a gravidez, era agressivo e a obrigou a fazer um aborto, o que não aconteceu.

É possível presumir, pelo contexto, que era um relacionamento abusivo, com agressões físicas e verbais, e a exigência de que ela tomasse uma decisão contrária à sua, de tirar o próprio filho, o que não aconteceu e acarretou no assassinato.

Por que Eliza aceitou viver essa relação? A pergunta não terá resposta nesse texto, mas é preciso perceber que ali ela já assumia a sua condição de vítima e não de culpada. Acusá-la por ter perdido a própria vida só é menos cruel do que matá-la e esquartejá-la, de fato. Denegrir a sua imagem é o início: amante, modelo que havia atuado em filme pornô, mãe de um filho “ilegítimo”. As justificativas? Ela poderia ter sido obediente, ter feito o aborto e nada disso

teria acontecido. Poderia ter se afastado dele quando as agressões começaram. Poderia. Mas qual a garantia de não ter sido morta por qualquer outro motivo?

Nesse enredo aparece Dayanne, esposa de Bruno na época do crime, que foi presa por sequestro e cárcere privado do bebê, filho de Eliza e Bruno. Dayanne tem 3 filhos, sendo que um deles não tem a paternidade assumida pelo goleiro. Parece que gravidez aconteceu enquanto ele estava encarcerado, durante as visitas íntimas.

É mais uma mulher envolvida na trama, que sabia do caso extraconjugal do marido e decidiu ser cúmplice, talvez de “olhos vendados”, sem saber ao certo qual seria a consequência de ter aceitado cuidar do bebê naquele momento.

Pouco adiantou a cumplicidade de Dayanne para a manutenção do seu relacionamento. Bastaram alguns meses para o goleiro manifestar a vontade de se separar e assumir oficialmente uma relação com Ingrid, sua atual mulher, que na época, também mantinha um relacionamento com Bruno, enquanto ele era casado com Dayanne, tinha uma relação com Eliza e a matou. Ingrid e Bruno se casaram em 2016, depois de 5 anos de namoro. A cerimônia aconteceu dentro do presídio.

O questionamento não é sobre o direito do goleiro de reconstruir a sua própria vida. Sim, porque essa oportunidade ele terá, ao contrário de Eliza, que foi morta. É sobre o comportamento de muitas mulheres diante de homens que cometem crimes, entre eles, o feminicídio. Seriam Dayanne e Ingrid solidárias a Bruno? Acreditam em sua inocência ou encaram que ele assassinou Eliza e decidiram ficar ao seu lado, apesar disso?

Ao visitar uma penitenciária feminina, é possível perceber nitidamente que mulheres em situação de cárcere são, muitas vezes (muitas!) esquecidas, abandonadas pelos seus companheiros. As visitas são infinitamente mais raras do que nos presídios masculinos, onde mulheres chegam a pernoitar na porta para serem as primeiras a entrar e aproveitar o máximo de tempo com os seus companheiros.

É preciso refletir sobre isso. Então as mulheres, por cometerem um crime, seja ele qual for, já não são mais dignas da atenção masculina? Devem pagar pelos próprios erros sozinhas, sem apoio, porque muitos homens desistem da relação logo que elas são detidas, ou pouco tempo depois?

E invertendo os papéis, elas estão sempre ali, suportando procedimentos tão vexatórios quanto necessários de revistas na entrada do presídio, visitas íntimas com dia e hora marcada, maus tratos de muitos dos homens, impacientes, revoltados, agressivos.

O certo seria então deixar os homens sozinhos, isolados, como eles fazem com as mulheres em situação de cárcere? Cabe a cada mulher decidir o que é certo, mas é importante que compreendam a situação em que vivem, o que suportam, ao que se submetem por uma suposta garantia de permanecerem num relacionamento, fazendo sempre o exercício de se questionarem: e se fosse o contrário?

Quando a mulher é a assassina, o seu companheiro permanece com ela por quanto tempo?

Está disposto a se submeter às visitas íntimas, que não são fáceis de ser conseguidas? (em média, há uma espera de seis meses para que se regularize a visita íntima). Esperaria esse homem para entrar numa penitenciária e fazer sexo com ela num período marcado de uma hora? Em condições, por vezes, improvisadas, desconfortáveis?

É claro que é possível encontrar um homem que esteja disposto, mas é comum? - pergunta retórica.

Até onde o romantismo e a idealização, tão presentes no universo feminino, levarão as mulheres a ignorarem as condições escolhidas por elas mesmas

para viverem relações com homens que são potenciais agressores de mulheres, abusadores, quando não assassinos? E de que forma elas reagem a esse comportamento masculino? É compreendendo e aceitando, oferecendo apoio e suporte, ou sendo coniventes, acreditando e incentivando outros a acreditarem que se aquele homem agrediu ou matou uma mulher, a culpa é da mulher, que na verdade é vítima, e não dele?

Encerrando o assunto, por ora, de quem é a culpa por ter sido morta?

*Emanuela Carvalho é professora e autora do livro “Antes Feliz do que Mal Acompanhada”